

# Que Constituinte é esta, afinal?

## Parlamentares questionam até onde vai o poder da Assembléia

A Assembléia Nacional Constituinte é soberana? Ou seja: ela se sobrepõe a todos os poderes e poderá alterar por maioria absoluta de votos a Constituição em vigor? Esta discussão tomou conta ontem da segunda sessão de trabalho da Constituinte, com vários líderes partidários se revezando na tribuna para pedir ao presidente Ulysses Guimarães que coloque o assunto em discussão e votação do plenário. As normas preliminares para funcionamento da Constituinte, que deveriam ser votadas ontem, nem sequer foram discutidas.

A discussão foi provocada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), ao apresentar um projeto que outorga à Mesa da Constituinte, ouvido o plenário, o poder de baixar resoluções alterando qualquer artigo da atual Constituição. Em sucessivos apartes e questões de ordem, o deputado exigiu de Ulysses Guimarães uma posição. Somente às 18h30m, já encerrando a sessão, o presidente decidiu acolher a proposição, mas não a pôs a voto.

Após abrir a sessão, Ulysses Guimarães disse que até às 17h seria permitido a apresentação de emendas ao anteprojeto das normas, que depois então seriam apreciadas. No entanto, devido ao grande número de emendas — cerca de 70 —, somente hoje, na sessão convocada para às 14 horas, o anteprojeto deverá ser votado.

A revogação do chamado entendimento autoritário da Constituição é uma bandeira que os partidos de esquerda, como o PT, levam

taram antes mesmo da instalação da Constituinte. Ontem, o PMDB também saiu em sua defesa. Ao apresentar o projeto, o deputado Maurílio Ferreira Lima argumentou que a questão precisa ser decidida preliminarmente, porque teria que ser introduzido no regimento a ser aprovado as regras de tramitação e aprovação das resoluções constitucionais.

Vários constituintes, entre eles o líder do PT, Luis Inácio, argumentaram que o presidente do STF, Moreira Alves, abriu um precedente quando decidiu jogar para decisão do plenário da Constituinte a questão sobre a exclusão dos senadores eleitos em 82.

"Se esta assembleia tem poderes para elaborar uma nova Constituição, como não poderia revogar partes da atual Constituição?", indagou o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), segundo ele, o que está em jogo é a soberania da Constituinte. O líder do PT, Luis Inácio, fez um longo discurso afirmando que o seu partido "exige que o trabalho constituinte seja precedido da revogação das leis repressivas da ditadura".

Segundo Lula, "a Constituição livre e soberana, como reza o ato convocatório e o mandato que lhe foi dado pelo povo, tem o dever de assumir sua liberdade e soberania e interferir diretamente na fixação de políticas para o Governo provisório executor". O líder do PT apresentou também vários projetos de resolução revogando artigos da Constituição como, por exemplo, o que permite o presidente da República baixar decretos-leis.



Mauro Benevides foi convidado por Ulysses para secretariar os trabalhos

## Alves diz que poder tem limites

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, revelou ao senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) que se a Assembleia Nacional Constituinte houvesse negado o voto aos senadores de 82, bastaria que um deles recorresse ao Supremo para restabelecer seu direito.

Moreira Alves, que conversou com Jutahy durante a sessão, entende que não há qualquer dúvida sobre a vigência da Constituição, e frisou que colocou a questão em votação por seu aspecto político, não por ter qualquer dúvida sobre a vigência da Constituição.

**SOBERANA**

A decisão de Moreira Alves — por em votação — foi interpretada por vários constituintes como um indicio ao contrário. O senador Afonso Camargo (PMDB-PR), engenheiro de profissão mas um dos principais articuladores políticos do partido, entende que o presidente do Supremo reconheceu, na prática, o direito da Constituinte mudar a Constituição. Ela seria, a seu ver, soberana.

Os políticos mais ligados ao presidente José Sarney estão, porém, muito preocupados com essa interpretação, acolhida por constituintes de todos os partidos. Uma resolução apresentada pelo PDS — teoricamente o partido mais à direita — revoga, por maioria absoluta, vários artigos da Constituição em vigor.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), acha muito arriscada a tese da soberania absoluta. Entende Passarinho que a Constituinte é "livre e soberana", como está na emenda 25, para fazer a nova Constituição, apenas.

## PL envia consulta ao Supremo

"Não é aceitável que o Poder Executivo continue a emitir decretos-leis sem a imediata decisão parlamentar sobre sua ratificação ou revogação". Esse é o espírito da consulta que o Partido Liberal, com assento na Câmara com deputados de larga votação em seus Estados — como Alvaro Valle, no Rio de Janeiro, e Guilherme Afif Domingos em São Paulo — encaminharam ontem ao Supremo Tribunal Federal.

O partido justifica a consulta "para defesa e estabilidade da ordem jurídica", para que o STF, interpretando a Constituição em vigor, inclusive os dispositivos convocatórios da Constituinte, "defina se estão vigentes os processos autênticos, até a promulgação da nova Constituição, da elaboração e reforma constitucional".

**PRAZO**

Ao mesmo tempo, o PL está apresentando projeto de resolução ao regimento comum determinando o imediato exame pelo Congresso de decretos-leis, sendo suspensa a apreciação de qualquer outra matéria através dele ou de suas casas, até o julgamento de tais atos, "em prazo rápido". Ao Presidente da República, o PL também se dirigiu, "instando — segundo sua nota oficial — para que se determine ao procurador-geral da República que encaminhe à apreciação judicial, com parecer favorável ou contrário, qualquer arguição de inconstitucionalidade de atos dos Executivos".

## Deputado abre mão do jeton

A recusa do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) em receber jetons, comunicada oficialmente ontem ao presidente da Câmara e do PMDB o deputado Ulysses Guimarães, trouxe de volta ao Congresso a discussão sobre a remuneração dos parlamentares, assunto bastante discutido nos dois últimos anos. Os deputados novatos defendem majoritariamente a extinção do jeton, mas os mais antigos resistem, argumentando que perderiam a independência sem esta parte da remuneração.

Na comunicação do deputado Mendes Ribeiro, o mais votado do PMDB gaúcho, com mais de 300 mil votos, há também a defesa do pagamento de impostos por parte dos parlamentares, outra questão bastante polêmica. Sobre o pagamento de jetons, afirma que é indevido, porque o comparecimento às sessões nada mais é do que parte das atribuições dos deputados.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) concorda plenamente com esta colocação: "É claro que estamos a favor disso. E pensamos não apenas dos novos deputados, mas da maioria desta casa. Vamos aprovar tranquilamente o fim do jeton". O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) também aprova esta tese, além de lembrar que "os parlamentares, o judiciário e os militares não podem ter privilégios fiscais, mas sim uma remuneração justa". Já o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) vai mais longe. Defende um salário fixo e a cassação de mandato para o deputado que faltar a oito sessões consecutivas, sem justificativa.

Mas há os deputados que têm outras preocupações. O líder do PTB, Gastone Righi, lembra que teria de ser encontrada uma compensação para a extinção do jeton, que representa um terço da remuneração dos deputados. Segundo ele, o jeton está em Cr\$ 18 mil, enquanto a remuneração fixa é de Cr\$ 6 mil. O rendimento total de Cr\$ 50 mil é completado com verbas adicionais, como auxílio transporte. "Sem o jeton, aqui só ficaríamos os ricos ou aqueles patrocinados por lobbies. O que precisamos é de uma remuneração justa e transparente".

## Soberania ganha adeptos

"Esta Casa é sabidamente conservadora, a ideia não prospera". A despeito desta previsão do líder do PCB, deputado Roberto Freire, cresceu ontem no Congresso o movimento em torno da Constituinte soberana, com poderes inclusive para alterar a atual Constituição.

Não há consenso nos partidos em torno da ideia, defendida por uma corrente que inclui desde o ex-mulista Bonifácio de Andrada (MG) até o comunista Haroldo de Lima (BA). Contra o movimento estão parlamentares como o líder do Governo, Fernando Henrique Cardoso, e o líder opositorista Jarbas Passarinho.

Apesar de toda a discussão em torno do assunto, que intensificou-se a ponto de jogar para o segundo plano a votação do regimento provisório da Constituinte, parlamentares mais experientes garantiram ontem que a tese não tem respaldo suficiente para ser aprovada pelo plenário. O número de constituintes que apoiam a Assembleia plenamente soberana já estaria delimitado: seriam os 126 que votaram a favor da exclusão dos senadores eleitos em 1982.

## SOBERANIA

Na opinião do senador Fernando Henrique Cardoso, a Constituinte é soberana para mudar o que quiser no País, mas apenas após a promulgação da nova Carta Magna. Poderes para alterar o atual texto constitucional, para ele, só quem tem são as duas casas do Congresso.

"É claro que a Câmara e o Senado podem alterar a Constituição, e até estudarmos a possibilidade de convocá-los para este fim. Agora, o que eu me pergunto, é porque perderíamos tempo emendando uma Carta que terá poucos meses de vida se temos poderes para fazer um texto completamente novo?", indaga o líder peemedebista.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), ao contrário, entende que a so-

## Righi contra a anarquia

"Um grande perigo". Esta foi a classificação dada pelo líder do PTB, deputado Gastone Righi, à hipótese de a Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte ter poderes para baixar resoluções constitucionais, conforme projeto de resolução apresentado pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), negando o disposto pela Constituição em vigor.

"Se eu declaro que a atual Constituição não tem validade", continuou Righi, "estou declarando, também que meu mandato não existe e que a ordem jurídica do Brasil acabou. Se eu posso declarar isto, também poderá o ministro do Exército declarar algo semelhante. E, com isto, estaremos às voltas com uma intervenção militar no País".

Para Righi, se a Assembleia Nacional Constituinte for soberana, os mandatos dos congressistas perdem toda a representatividade,



## Normas podem sair por ato de Ulysses

Se a Constituinte não aprovar seu regimento provisório na sessão marcada para hoje à tarde, o deputado Ulysses Guimarães poderá utilizar o arbítrio pessoal conferido do presidente nesta fase de preparativos da Assembleia e baixar, por ato de resolução, as normas transitórias que regerão os trabalhos até o próximo dia 24. Ontem, usando desse poder, Ulysses convocou o senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e o deputado Humberto Souto (PFL-MG) para secretariar os trabalhos.

Se optar por esta solução, Ulysses estará usando a delegação de poderes que recebeu ontem das lideranças partidárias, reunidas pela manhã na Comissão de Finanças do Senado. Excluindo o PT e o PC do B, que consideraram a medida autoritária, os demais líderes entenderam que a decretação do regimento provisório pelo Presidente agilizará os trabalhos da Assembleia, que já estaria sofrendo um processo de desgaste devido ao atraso no início de suas tarefas específicas.

## ESVAZIAMENTO

O líder do PMDB e relator do projeto de regimento provisório, senador Fernando Henrique Cardoso, concorda que as discussões intermináveis em torno de normas transitórias pode promover um esvaziamento indesejável da Constituinte. Em sua opinião, contudo, não será necessária a decretação das medidas para aprovar a matéria ainda hoje, de modo a que possamos passar rapidamente para a discussão do regimento definitivo. Afinal, a Nação aguarda com expectativa que iniciemos a elaboração efetiva da nova Carta Magna, num prazo razoável", ressaltou o líder peemedebista.

## Arinos faz crítica aos companheiros

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o mais conhecido constitucionalista brasileiro, afirmou ontem que considera "estranho" a atual Constituição. Explicou que, no seu modo de ver, a Constituinte foi convocada para fazer uma nova Constituição, mas não recebeu o encargo de emendar a atual.

"Não é razoável — disse — que a Constituinte, tendo saído do ventre da mãe, que é a atual Constituição, passe a considerá-la agora uma prostituta".

No entanto, Arinos considerou útil que o Partido Liberal consulte o Supremo Tribunal Federal, como anunciou que vai fazer, para saber se a Constituinte tem ou não a prerrogativa de mudar a Constituição em vigor, para efeito imediato.

O senador acha, porém, que o debate em torno desta questão, como vem acontecendo na Constituinte neste instante, não é salutar pela excessiva carga de paixão que o tem caracterizado.



## Da briga do Rio e Bahia poderá ganhar o Ceará

O Rio de Janeiro tem todo o direito de postular para o seu território a localização de um novo pólo petroquímico. Também a Bahia está nas mesmas condições. Afinal, não é apenas o perguntar que não ofende. Propor e disputar também está no mesmo caso.

O aético — e por isso mesmo intolerável — é concentrar a gravidade do problema nessa decisão de cara ou coroa, reduzindo a questão exclusivamente para o âmbito de baianos e fluminenses. Dessa forma cria-se o pano de fundo para soluções salomônicas que satisficam parcialmente às lideranças nascentes de Waldir Pires e de Moreira Franco, jogando para o alto graves situações, já saturadas de angústias a exigirem respostas tão inadiáveis que seria temeroso procrastiná-las.

Mataripe é a fonte produtora de derivados do petróleo que abastece o Nordeste e o Norte. Sua capacidade de processamento está praticamente esgotada, operando em limites quase críticos. Sua ampliação fará concentrar numa única unidade seríssimas responsabilidades para com o abastecimento regional que nela teria a sua única opção.

Com o aumento simultâneo da produção de petróleo e do consumo de seus derivados, os custos de transporte passaram a ser dominantes, com o ir-e-vir das naftas a desfrutarem de um turismo caríssimo para a economia do País. Um passeio que pode custar até US\$ 50 milhões anuais.

As bacias do Ceará e do Rio Grande do Norte já produzem mais de 60 mil barris diários, ao redor de 10 por cento da produção nacional. Um selecionadíssimo grupo de cientistas do Ceará desenvolveu um modelo matemático de otimização, constando da equação resolvida 25 variáveis de distribuição, cinco variáveis de alocação e 31 restrições. Belém, São Luis, Fortaleza, Natal e Recife mereceram estudos em conjunto. A Fortaleza coube a solução ótima para localizar a refinaria.

Acrescentando as questões social e econômica, o Ceará ganharia ainda mais pontos. E o único Estado da região que não dispõe de uma indústria de base. Há, como se vê, indicadores que não podem ser anulados ou subestimados. O Nordeste e o Norte necessitam do apoio de uma refinaria que por todos os títulos deveria ser localizada em Fortaleza.

Afinal, o lobby existe para defender interesses e não para contrariar a lógica.

A briga com Pernambuco fica para outra ocasião.

## Bancada do DF está nas primeiras lições

ILARA VIOTTI Da Editoria de Política

Olhos e ouvidos abertos e muita atenção. Esta tem sido a estratégia de ação dos 11 parlamentares de Brasília nos primeiros quatro dias de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. Enquanto observam os "veteranos" — líderes de partido que estão definindo as normas preliminares que nortearão os trabalhos da Constituinte — os brasilienses cuidam da instalação de seus gabinetes e fazem contas para encontrar o verdadeiro peso das várias tendências políticas dentro do Congresso.

Nos intervalos das sessões, os brasilienses estão sempre no cafezinho, mais movimentado do que nunca. Há sempre um companheiro que veio dar os parabéns ou um correligionário que veio cobrar uma promessa. E neste momento os deputados e senadores se transformam em vereadores. O deputado Geraldo Campos (PMDB), por exemplo, aproveitou a visita, ontem à tarde, do Secretário de Serviços Públicos do GDF José Roberto Arruda, para encaminhar uma reivindicação da comunidade do Cruzeiro: a instalação de uma feira permanente, a exemplo das que existem em outras satélites.

Foi ontem também, que ocorreu a primeira "gaze" entre os constituintes brasilienses: a deputada Márcia Kubitschek (PMDB), apesar de ter aparecido no Congresso no início da tarde, não assistiu à longa sessão na Câmara, que só terminou depois das 18 horas. Ao contrário de Márcia, que tem sido discreta em suas aparições no Congresso Nacional, o deputado pefelista Valmir Campelo faz questão de falar sobre todos os assuntos e reafirmar sua posição de deputado mais votado da cidade. "Vou ocupar os espaços políticos que me cabem, cumprindo o papel de líder que sou no Distrito Federal".

A estratégia comum da bancada para uma atuação

segura na Constituinte, também já está sendo discutida, embora ainda preliminarmente. Está fechada a posição de luta por eleições diretas para governador a Assembleia Legislativa em 1988, mas este tema só será colocado na mesa na hora certa. Antes disso, os parlamentares brasilienses vão tratar da possibilidade de transformação da Comissão do DF no Senado Federal — o único órgão legislativo que o Distrito Federal possui atualmente — em comissão mista, presidida por um dos senadores eleitos e com a participação dos deputados de Brasília.

O PFL-DF já apresentou a proposta de eleições diretas em Brasília ao diretório nacional do partido. Segundo Valmir Campelo, a ideia teve boa acolhida e tem tudo para ser aceita na Constituinte. A data mais provável da eleição do governador do DF é 1988, mas sobre isso cabe uma negociação mais flexível.

Um assunto que deveria estar tomando conta das conversas no momento, está esquecido. É a reforma do secretariado do governador José Aparecido. Depois que colocou seu cargo à disposição do presidente José Sarney, Aparecido protelou a discussão, e só a deflagrará quando achar conveniente, não antes do final do mês. Ninguém arrisca palpites, e não há motivos para grande preocupação, já que desde 16 de novembro o governador garantiu que "afinaria a viola do GDF com a cantiga das urnas".

O ritmo da atuação da bancada brasiliense não se modificará antes que as normas preliminares de funcionamento da Constituinte estejam definidas. As previsões mais otimistas dão como data provável para solução deste primeiro impasse só nos próximos 20 dias. Até lá, os parlamentares de Brasília terão amadurecido suas impressões sobre sua nova realidade e firmado posições para as discussões sobre o texto da nova Constituição brasileira.

